

## **Votar SIM no Referendo, e continuar SIM cobrando dos governos as demais políticas de Segurança e Inclusão Social!**

*Jorge Kayano*

*Jorge Kayano é médico pela Faculdade de Medicina da USP, especialista em Saúde Pública e coordenador do Instituto Pólis.*

*Publicado em: 13/10/2005*

A campanha pelo SIM precisa ser revigorada pela cobrança de todas as demais medidas de enfrentamento da insegurança social e da violência, inclusive a institucional

Na medida em que nos aproximamos do dia do Referendo, o debate vai esquentando e aumenta a tendência ao jogo sujo, o apelo ao medo e à manipulação dos dados. E parece que o “não” ganha força exatamente entre os jovens que são as maiores vítimas, associado à negação de todas as privações, o desemprego, a desesperança e o cotidiano da violência policial e a precariedade das políticas sociais. Mano Brown, mesmo favorável a “desarmar todo mundo”, alerta que o “pobre não quer ficar desarmado porque sabe que do outro lado tem muitas armas contra ele. O barril está para explodir...”.

Muitos declaram o voto pelo SIM, mas sem entusiasmo, receando até o possível desgaste do Referendo, com qualquer resultado. Vencendo o não, reforçaria o descrédito de uma certa “inteligência”, e a resistência a novas consultas; caso vença o SIM, e não ocorrendo a redução das mortes e da insegurança que a mensagem simplista dos seus defensores parece prometer, a descrença generalizada dos instrumentos plebiscitários.

Com efeito, a divulgação de algumas informações parece atribuir um efeito excessivo ao Estatuto do Desarmamento, aprovado em dezembro de 2003. É o que ocorre com a redução dos homicídios observada em 2004. Segundo a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, este foi o ano que marcou uma quebra de uma tendência de aumento contínuo das mortes por armas de fogo, com uma redução de 3.206 mortes comparado com o ano anterior. Já a UNESCO fala em 5.563 vidas poupadas em 2004, atribuindo-as ao Estatuto e à Campanha de entrega voluntária de armas, pois sem eles seriam esperadas mais mortes do que as ocorridas em 2003.

A análise dos técnicos do Ministério da Saúde é mais cautelosa, como mostra o trecho abaixo, que valoriza a aprovação do Estatuto, mas lembra a contribuição de outros fatores.

“O ano de 2004 está se mostrando como um ponto de culminância de ações contra a violência, antigas e novas ações acontecendo, ações governamentais e não

governamentais. Do ponto de vista legal, foi marcante o Estatuto do Desarmamento (dezembro de 2003) e a seguir o recolhimento de armas (julho de 2004). Estas ações estariam tendo impacto positivo na redução da mortalidade por arma de fogo, em 2004, em todo o país, juntamente com outros esforços de difícil mensuração nesta pesquisa.” (texto completo em [www.portal.saude.gov.br](http://www.portal.saude.gov.br))

A página do ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente ([www.ilanud.org.br](http://www.ilanud.org.br)), também chama a atenção para temas que deveriam ser melhor abordados pela Campanha pelo SIM:

“Lamentavelmente o debate sobre a questão encobre que as vítimas letais da violência seguem sendo os mais débeis socialmente: jovens de 15 a 24 anos, residentes das periferias, de famílias empobrecidas e com escassa inserção no mercado formal de trabalho.

As mortes por arma de fogo não podem continuar sendo toleradas, assim como não podemos assistir à formação de esquadrões de segurança privada como a solução mágica para a questão da violência. Dia 23 é um dia que pode transformar o debate da segurança em uma questão de política pública, que envolve a todos e a todos interessa, e consolidar mecanismos de participação social na prevenção e controle do crime.”

Ao contrário desta abordagem, muitos pensam que a redução das mortes por armas de fogo foi maior nas cidades e estados onde ocorreu maior adesão da população à entrega voluntária de armas; e esquecem que a associação poderia ser inversa – ou seja, a possibilidade de a campanha de entrega ter obtido maior adesão onde outras ações públicas desenvolvidas muito antes, com participação popular, estivessem apresentando resultados na redução da violência, dando assim maior credibilidade ao desarmamento. É o que parece ter ocorrido em Diadema, onde um amplo conjunto de ações coordenadas pelo governo municipal, tiraram a cidade da condição de campeã estadual em homicídios. Dentro de um Plano de Segurança, desenvolveram com a polícia projetos de enfrentamento da violência e da exclusão social, como o fechamento dos bares depois das 11 da noite, programa de apoio às mulheres vítimas de violência, políticas voltadas para a juventude, projetos urbanísticos e etc, onde o desarmamento aparece como mais uma medida.

Na cidade de São Paulo, a experiência bastante conhecida do Jardim Ângela contou com uma ampla mobilização social, conseguindo articular vários agentes públicos do município e do Estado. A cidade como um todo também vinha apresentando uma redução dos homicídios, tendo certamente a contribuição das políticas de inclusão social desenvolvidas pelo governo municipal, associadas a medidas como a ampliação do policiamento comunitário.

A Campanha pelo SIM precisa assumir a questão da violência em toda a sua complexidade, procurando refletir sobre as raízes do problema que se assentam numa sociedade autoritária e excludente, campeã das desigualdades e da injustiça. Nas palavras de Marilena Chauí (Ética e Violência, Revista Teoria e Debate 39, 1998):

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural.

Mais do que isto, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira.

Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície.

Em outras palavras, a mitologia e os procedimentos ideológicos fazem com que a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida, e por não ser percebida, é naturalizada e essa naturalização conserva a mitologia da não-violência com a qual se brada pelo “retorno à ética”.

Nós defendemos o SIM no referendo como ponto de partida. A campanha pelo SIM precisa ser revigorada pela cobrança de todas as demais medidas de enfrentamento da insegurança social e da violência, inclusive a institucional. Os múltiplos desafios precisam ser levantados desde agora, e o debate precisa ser ampliado e aprofundado para além do dia 23.